

**QUESTÕES IDENTITÁRIAS E CULTURAIS EM DUAS COMUNIDADES DE FALA  
EM ALAGOAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE PRECONCEITO LINGUÍSTICO  
CONTRA MENORES CARENTES E QUILOMBOLAS**

**IDENTITY AND CULTURAL ISSUES IN TWO SPEECH COMMUNITIES IN  
ALAGOAS: CONSIDERATIONS ABOUT LINGUISTIC PREJUDICE AGAINST  
UNDERPRIVILEGED MINORS AND QUILOMBOLAS**

Renata Livia de Araújo Santos<sup>1</sup>

Solyany Soares Salgado<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como propósito discutir questões culturais e identitárias de duas comunidades de fala, menores carentes que vivem em entidades filantrópicas e quilombolas, as quais possuem como uma de suas marcas o sofrimento com o preconceito linguístico. Respaldados na Sociolinguística Variacionista, de William Labov (2008 [1972]), que concebe a língua como uma atividade social (instrumento e sistema), relacionada diretamente aos elementos culturais e identitários de uma comunidade, e que correlaciona esses elementos sociais aos linguísticos, nosso intuito geral é mostrar, através de pesquisas, que essas comunidades sofrem preconceito em relação à sua fala, uma vez que a sociedade lhes atribui o uso generalizado de formas estigmatizadas, sem que estas sequer se constatem no uso linguístico dos falantes tal qual se imagina, conforme apontam os resultados. Para isso, selecionamos dois estudos sociolinguísticos variacionistas realizados em Alagoas, frutos das dissertações de mestrado das duas pesquisadoras, a fim de trazer um apanhado quanto aos resultados, linguísticos e sociais, descritos e obtidos em suas pesquisas, além de reflexões sobre as conclusões alcançadas. Esperamos, assim, que este artigo possa contribuir para que se evitem possíveis estigmatizações no que diz respeito à língua usada não só pelas comunidades em questão, mas por qualquer comunidade, economicamente e socialmente, menos assistida da sociedade.

**Palavras-chave:** Língua. Identidade. Menores carentes. Quilombolas. Preconceito linguístico.

**Abstract:** The purpose of this article is to discuss cultural and identity issues of two speech communities, underprivileged minors who live in philanthropic entities and quilombolas, which have as one of their marks the suffering with linguistic prejudice. Supported in Variationist Sociolinguistics, by William Labov (2008 [1972]), who conceives of language as a social activity (instrument and system), directly related to the cultural and identity elements of a community, and which correlates these social elements to those linguistic ones, our general aim is to show, through researches, that these communities suffer prejudice in relation to their speech, since society attributes to them the widespread use of stigmatized forms,

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST), integrante do PET LETRAS UFAL no período de 2005 a 2007.

<sup>2</sup> Advogada e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), integrante do PET LETRAS UFAL no período de 2005 a 2007.

without these things have been verified in the linguistic use of the speakers as imagined, as shown by the results. For this, we selected two sociolinguistic variation studies carried out in Alagoas, resulting from the master's dissertations of the two researchers, in order to provide an overview of the linguistic and social results, described and obtained in their researches, in addition to reflections on the conclusions reached. We hope, therefore, that this article can contribute to avoid possible stigmatizations regarding the language used not only by the mentioned communities, but by any community, economically and socially, less assisted by society.

**Keywords:** Language. Identity. Underprivileged minors. Quilombolas. Linguistic prejudice.

## 1. Introdução

A língua, a partir de um viés funcionalista, é considerada uma construção humana e histórica, capaz de organizar a identidade daqueles que a usam, portanto, sem a língua o homem não consegue se organizar socialmente. A organização social de uma sociedade está, nessa perspectiva, diretamente relacionada com a língua, assim como a via ao contrário também acontece, uma vez que os fatos linguísticos vão depender da organização social.

Essa relação mútua entre língua e sociedade é assumida, reconhecida e correlacionada nos estudos sociolinguísticos de Labov (2008 [1972]), mais especificamente na sua Teoria da variação e mudança linguística, a qual vai nos mostrar que há formas linguísticas que se aproximam mais de um padrão linguístico idealizado, chamadas também de formas de prestígio; as que se distanciam desse padrão, denominadas de formas estigmatizadas; e ainda a existência de formas consideradas neutras, as quais não vão ser percebidas pela sociedade, e que, por isso, não se faz juízo de valor em relação a elas e às pessoas que as utilizam (BAGNO, 1999).

Essas três formas linguísticas são julgadas não só por critérios internos à língua, nessa escala que vai de marcas linguísticas que se aproximam ou que se distanciam do modo padrão, mas também por critérios de ordem social, em que as características sociais de um falante podem influenciar bastante nesse julgamento. Desse modo, pessoas consideradas de classe socioeconômica baixa tendem a sofrer mais preconceito linguístico, simplesmente por terem essa condição social. Fica claro, pois, que a relação mútua entre língua e sociedade tem um lado científico, totalmente fundamentado pelos usos linguísticos das comunidades de fala, mas também perpassa por um lado do senso comum, daqueles que por serem nativos de uma língua, por deterem um aparente poder socioeconômico, acham que a conhecem suficientemente e que por isso podem julgar as pessoas pelos seus usos linguísticos.

Nesse panorama, englobando questões culturais e identitárias, trazemos para a discussão, respaldados pela Sociolinguística Variacionista, duas comunidades que possuem

como uma de suas marcas o sofrimento com o preconceito linguístico: menores carentes que vivem em entidades filantrópicas e quilombolas. Nosso intuito geral é mostrar, através de pesquisas, que essas comunidades sofrem preconceito em relação à sua fala, uma vez que a sociedade lhes atribui o uso generalizado de formas estigmatizadas, sem que estas sequer se constatem no uso linguístico dos falantes tal qual se imagina, conforme apontam os resultados.

Vale destacar que o presente artigo é oriundo de uma palestra que ofertamos na II Semana de Letras da Universidade Federal de Alagoas, evento organizado conjuntamente pela Faculdade de Letras, pelo PET-Letras e pelo Centro Acadêmico de Letras em 2009, cujo tema era *Feito no Brasil: Intercâmbio cultural e nossa identidade*. Lembrança que nos faz ressaltar a importância das várias atividades exercidas por petianos e egressos com intuito de contribuir com a ampla formação acadêmica, sempre considerando para a elaboração delas a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Feita a ressalva, passemos a descrever como este texto está estruturado: inicialmente, discutiremos aspectos atinentes às comunidades de fala, determinadas pela participação de seus integrantes no compartilhamento de normas linguísticas e sociais, incluindo questões culturais e identitárias; em seguida, abordaremos dois estudos sociolinguísticos variacionistas em Alagoas frutos das dissertações de mestrado das duas pesquisadoras que ora trazem um apanhado quanto aos resultados e conclusões encontrados; e, para além, refletiremos sobre como julgamentos sociais que costumam ser reveladores de preconceitos linguísticos quanto aos menores carentes e aos quilombolas podem ser infundados.

## **2. Língua, cultura e identidade: comunidades de fala e preconceito linguístico**

Como se depreende de Hall, a linguagem passa a ser de interesse dos sociólogos quando a cultura ganha destaque em seus estudos no período classificado como “virada cultural”, na década de 60. Nessa ocasião, é reconhecida à linguagem a capacidade de produzir conhecimento e de institucionalizá-lo, “modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento”, sendo relevante para a formação de identidades e subjetividades (1997, p. 29).

Na seara linguística, a Sociolinguística, em sua visão macro, desponta como a área de estudo capaz de refletir sobre a relação entre estrutura e funcionamento da língua e da sociedade por meio de métodos interpretativos e “coloca a mudança e a variação linguística

como centro de suas deliberações” (COULMAS, 2002, p. 02), diferindo-se da linguística formal, que buscava estudar a língua desvinculada do social e das situações reais de uso.

A Sociolinguística Variacionista, que surge como um dos segmentos sociolinguísticos, ratifica a heterogeneidade e a mutabilidade da língua, porém defende a possibilidade de sistematização ao compreender que existem elementos linguísticos e extralinguísticos capazes de representar/diferenciar comunidades linguísticas, podendo estes serem recuperados por meio de amostras representativas dessas próprias comunidades. Nesse sentido, a língua é vista como atividade social (instrumento e sistema), relacionada diretamente aos elementos culturais e identitários. É uma concepção de língua que se orienta, portanto, como um sistema socialmente determinado, caracterizado pela heterogeneidade linguística, cuja variação considerada estrutural está relacionada às alterações das normas culturais e ideológicas de uma comunidade de fala.

A relação tríade – língua, cultura e identidade – é notada nos estudos de Labov, quando este faz referência à comunidade de fala:

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. De igual modo, por meio de observações do comportamento linguístico, é possível fazer estudos detalhados da estrutura de estratificação de classe numa dada comunidade (2008 [1972], p. 150).

A Sociolinguística Variacionista, destarte, é capaz de estudar a língua usada dentro das comunidades de fala, uma língua real, viva, dinâmica e heterogênea. Segundo Alkmin, “o contato cultural com outros povos, o conhecimento de novos conteúdos ou de realidades até então desconhecidas são o motor da elaboração de novos conceitos e da produção de novas palavras” (2001, p. 41). O repertório linguístico do falante vai aumentando, alterando-se e modificando-se a partir de um contato linguístico e sociocultural com outras comunidades de fala, o que impulsiona o processo variável da língua.

O pressuposto laboviano de que é possível sistematizar a heterogeneidade linguística, mesmo reconhecendo que a língua é falada por sujeitos diferentes que, por sua vez, vivem em sociedades diversificadas, ganha um desafio a mais na pós-modernidade, cujas marcas sociais são ressaltadas justamente pelas diferenças, antagonismos e provisoriiedades. Nessa era, os sujeitos sociais são caracterizados por identidades diversificadas e voláteis, que, por um lado,

não se fragmentam totalmente pois os diferentes elementos e identidades podem, “sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados”, mas, por outro, são parciais dado que “a estrutura da identidade permanece aberta” (LACLAU, *apud* HALL, 2006, p. 17).

Ao tentar superar essa problemática e complexidade quanto à correlação entre linguística, cultura e identidade por meio da fundamentação teórico-metodológica, esses estudos, de cunho variacionista, têm sido de grande relevância ao possibilitar o conhecimento e o reconhecimento da diversidade linguística intrínseca e natural ao sistema linguístico e comum ao homem e às suas relações socioculturais vivenciadas nas comunidades de fala.

Conhecer as variedades linguísticas é um caminho importante para mitigar o preconceito linguístico, porque, conforme Bagno (1999, p. 168), “a língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos”, e, conseqüentemente, respeitar a variedade linguística equivale a respeitar a dignidade humana. Ainda segundo o autor, uma das tarefas para minimizar o preconceito linguístico é desfazer a confusão criada ao longo da história entre língua e gramática normativa, sendo pertinente esclarecer que esta é apenas um dos moldes e não a totalidade da língua (1999, p. 19).

Dessa forma, as pesquisas sociolinguísticas tornam-se aliadas desse encargo, pois permitem demonstrar que o julgamento feito por parte da sociedade quanto à estigmatização de determinadas comunidades de fala deve ser desconstruído para ceder espaço ao respeito ao próprio ser humano e à visão mais científica e ampla acerca da língua.

### **3. Comunidade de fala dos menores carentes**

O interesse pela comunidade de fala menores carentes constitui-se pelo fato de eles fazerem parte de uma comunidade fortemente marcada pelas condições sociais e pela estigmatização por parte da sociedade. Mas, ao mesmo tempo em que sofrem essa estigmatização, precisam ser aceitos por essa sociedade, passando por um processo de institucionalização em que a pressão social é também fortemente exercida. O conjunto desses fatores nos instiga a verificar se eles representam influência significativa sobre o comportamento linguístico desse grupo.

A escassez de estudos referentes à língua usada por classes marginalizadas também é um fator que incentiva a realização deste artigo. Uma língua desconhecida pode gerar deduções linguisticamente não fundamentadas a respeito dela. Ao propor a temática, esperamos, de certa forma, diminuir tais suposições, uma vez que pretendemos mostrar também a realidade linguística da referida comunidade de fala.

Para isso, primeiramente, conheceremos quem são, de forma geral, menores carentes. Em seguida, apresentaremos os menores carentes que vivem em duas entidades filantrópicas de Maceió, que foram abordados como comunidade de fala no estudo de mestrado de Santos (2010)<sup>3</sup>. E, por fim, iremos abordar a relação cultural e de identidade desses menores com a sociedade que os cerca e com seus traços linguísticos, estes provenientes dos resultados do referido estudo, compilados, reajustados e refeitos em Santos (2011).

É fato que as políticas socioeconômicas brasileiras não apresentam resultados efetivos à melhoria da condição de vida da população. As exigências da globalização mundial causam um processo de exclusão social que, por sua vez, provoca um quadro cruel em que parece não haver mais lugar para todos na sociedade.

Essa camada excluída é formada por pessoas comuns, porém impedidas pelo sistema capitalista de viver dignamente e de usufruir seus direitos. Nesse contexto, insere-se a população em situação de rua. Em meio a essa classe, uma se revela com maior urgência: a de crianças que já nascem nesse ambiente, que são acostumadas desde muito cedo a conviver com situações degradantes.

Menores carentes são, portanto, crianças e adolescentes oriundos das classes baixas da população. Muitos deles moram nas ruas, tendo que trabalhar desde a infância para ajudar seus familiares; outros são abandonados e não têm uma base familiar necessária para uma boa educação.

As entidades filantrópicas, instituições sem fins lucrativos que se destinam a prestar serviços à sociedade, possuem uma grande e valiosa contribuição na tentativa de diminuir esse elevado número de moradores de rua ou de pessoas que se encontram em situação de rua. De acordo com Moreira (2002, p. 439), as entidades filantrópicas “têm desempenhado um importante papel na mobilização da sociedade civil tanto em escala local e nacional como mundial”.

Segundo dados do Ministério da Fazenda (CARRION, 2000), estima-se que há mais de 250 mil entidades brasileiras que prestam algum tipo de serviço à comunidade. Essas instituições procuram desenvolver ações de cunho assistencial, voltadas para o desenvolvimento do cidadão, através de um processo de formação de crianças e jovens desassistidos de políticas públicas. Contudo, apesar de ter como pretensão proteger a infância,

---

<sup>3</sup> Parte das informações trazidas neste artigo estão contidas na dissertação de Santos, intitulada *A concordância verbal na fala de menores carentes que vivem em entidades filantrópicas de Maceió*, concluída em 2010 pelo PPGLL/UFAL, e no capítulo do livro de Costa, et al (2011) *Variação e mudança linguística no estado de Alagoas*.

a institucionalização deve ser recorrida em caso extremo, uma vez que todo cidadão tem direito ao convívio familiar e social.

Fazendo um recorte nessa discussão, selecionamos os menores carentes que vivem em duas entidades filantrópicas de Maceió, o Lar Batista Marcolina Magalhães, que abriga somente meninas, e o Lar Masculino Pastor Boyd O'Neal, que por sua vez procura abrigar só meninos. Tanto em um lar quanto no outro a faixa etária dos seus membros é de 7 a 18 anos.

Ao entrar em contato com essa comunidade e ao conhecer sua realidade, percebemos que as crianças e jovens dos referidos lares podiam ser enquadrados nas três categorias de *menino de rua* estabelecidas por Machado (2000, p. 7):

o menino que vai às ruas para realizar algum trabalho e volta toda noite para casa e para sua família; o menino que vive nas ruas, sem elo contínuo com a família mas que mantém ainda algum contato; e o menino que está completamente nas ruas, já perdeu esses vínculos familiares e vive do modo como lhe é possível.

Somamos a essa condição o fato de que dois dos principais fatores determinantes para a institucionalização das crianças e adolescentes que vivem nesses lares são o fator econômico e a desestruturação familiar, uma vez que os principais problemas encontrados entre os membros das já citadas entidades filantrópicas eram causados, em sua grande parte, por pais que se encontravam com sérias dificuldades devido ao desemprego, pais com problemas de alcoolismo e/ou drogas, pais que se encontravam separados, mães que sofriam vários tipos de violência por parte de seu companheiro, filhos cujos pais já haviam falecido, entre vários outros aspectos.

Diante desse contexto, constatamos que esses menores viviam ou estavam nas ruas antes de irem para a instituição. Na época, alguns poucos recebiam visita dos pais, outros os conheciam, mas não tinham contato com eles. E o número de internos que não queriam voltar a viver com a família de origem era grande. Eles preferiam ser adotados.

Outros aspectos também nos chamaram a atenção, entre eles, o fato de que a grande maioria dos internos possuía pele escura e estava abaixo do peso e da altura para a idade que tinha. A metade declarou a falta de interesse pelos estudos, a maioria não gostava de estudar. Como era esperado, haja vista que essas crianças só passavam a frequentar a escola apenas quando ingressavam na entidade filantrópica, o nível de escolarização delas estava muito aquém do nível escolar padrão, elas estavam entre o primeiro e o sexto ano do ensino fundamental, independentemente da idade. Algumas ainda não sabiam ler e nem escrever,

mesmo possuindo um nível escolar em que não se esperava mais encontrar essa situação. Quanto ao aspecto psicológico, na época nos foi relatado que alguns moradores dessas instituições tinham reações emocionais sérias, o que parecia ser mais uma causa para o desinteresse pelos estudos e para a falta de perspectiva de vida.

Em relação à rotina diária dos membros das instituições já referidas, observamos que eles seguiam um cronograma rígido, havendo horário para praticamente todos os afazeres diários. Ou seja, eles deviam seguir uma programação, previamente estabelecida, tendo, assim, horário para todas as atividades que eram ofertadas.

O quadro relatado<sup>4</sup> acima nos mostra uma vida digna, ou pelo menos, melhor do que aquele que essas crianças e adolescentes, provavelmente, tinham antes da vida pré-internato. Porém, mesmo eles tendo esse sentimento de gratidão para com os lares onde viviam, é importante destacar que eles não enxergavam a situação de estarem nesses orfanatos como a ideal. A maioria gostaria de estar vivendo dignamente com seus familiares em uma casa em que tivesse mais liberdade, por exemplo.

Relatado tudo isso, podemos nos perguntar qual a relação cultural e de identidade desses menores com a sociedade que os cerca? Tendo em vista o exposto, parece que essa relação se restringe à pressão social. A sociedade, de uma forma geral, parece não enxergar essa comunidade, tornando-a, de fato, uma classe excluída, que, conseqüentemente, sofre uma forte estigmatização social, que afeta a sua própria identidade. Para os membros das instituições, fazer parte dessa comunidade significa não possuir cultura e identidade próprias, estas só serão alcançadas a partir do momento em que eles saírem da instituição e retornarem a vida na sociedade, seja ela em qualquer condição.

Acreditamos, por conseguinte, que o principal papel das entidades filantrópicas é mostrar a cada membro o seu valor humano e social. Logo, atividades de caráter social, cultural, profissional e pedagógico surgem como métodos alternativos para alcançar esse objetivo.

No lar das meninas, na época em que os estudos foram realizados, percebemos que havia projetos bem elaborados e desenvolvidos nesse sentido. No lar dos meninos, o que contribuía para esse objetivo era o projeto que o lar tinha juntamente com adolescentes

---

<sup>4</sup> O quadro relatado foi construído a partir das informações contidas nas fichas sociais dos informantes e de entrevistas realizadas com os responsáveis pelas entidades filantrópicas selecionadas para o estudo, procedimentos metodológicos do trabalho de Santos (2010). Somaram-se a isso, as observações feitas a olho nu pela própria pesquisadora em suas frequentes visitas a esses lares.



americanos, em que estes visitavam a instituição, pelo menos, uma vez ao ano para o intercâmbio de culturas.

Contudo, fazemos uma crítica para ambos os lares no sentido de que o principal intercâmbio deve ser feito com a própria sociedade que os cerca, ou seja, elaborar projetos que permitam o contato cultural com crianças e adolescentes do próprio estado de Alagoas. Esse tipo de projeto é importante, principalmente, para que, a partir do conhecimento da população sobre essa comunidade, sua forma de vida e sua realidade linguística, a estigmatização sobre ela seja, de alguma forma, diminuída e para que os menores carentes que vivem em entidades filantrópicas possam se sentir um ser humano importante perante uma sociedade.

Um outro aspecto importante para a busca pela identidade de uma comunidade é o respeito aos seus usos linguísticos. É muito provável que, se fizéssemos uma enquete sobre a percepção da população maceioense em relação à fala de crianças e adolescentes moradores de instituições filantrópicas da capital alagoana, o resultado alcançado fosse a alternativa de que eles não falam um português padrão. Consideramos essa resposta como previsível justamente porque o preconceito linguístico vem do preconceito social. Teríamos um resultado oposto se os falantes em questão fossem crianças e adolescentes moradores de bairros considerados de alto padrão, por exemplo.

Entretanto, o trabalho de Santos (2011), que investigou a variação entre o uso e o não uso de marcas de concordância verbal por menores carentes de entidades filantrópicas, mostrou que esses menores utilizam a variação entre as duas formas, sendo que a variante padrão (uso de marcas de concordância) foi a mais aplicada por esse grupo do que a variante não padrão (o não uso dessas marcas). O percentual para o uso da forma padrão foi bastante significativo, 70%, contra apenas 30% para o da forma não padrão de concordância verbal. Resultado esse que se aproxima dos obtidos no artigo de Oliveira e Santos (2020), que investigaram a variação de concordância verbal em Maceió e constataram que 54,8% dos maceioenses optam por marcas de concordância entre sujeito e verbo e 45,2% não as utilizam. Percebemos, em vista disso, que na comunidade de fala Maceió (capital de Alagoas), que engloba a comunidade de fala menores carentes de Maceió, também prevalecem as marcas explícitas de concordância verbal, porém, em percentual menor que o dos menores carentes cuja fala foi estudada e analisada no artigo de Santos (2011).

Somamos a esses resultados os alcançados por outros dois trabalhos de dissertação (VIEIRA, 2019 e SANTOS, 2013) que pesquisaram a variação de concordância verbal em

cidades do interior de Alagoas. Vieira (2019) estudou a variação de concordância verbal na cidade de Coruripe, litoral de Alagoas, e Santos investigou sobre o mesmo fenômeno linguístico em uma comunidade quilombola chamada Muquém<sup>5</sup>, que fica em União dos Palmares, município da zona da mata do estado de Alagoas. Ambas as dissertações apontaram em seus resultados que os falantes usam mais as marcas de concordância entre sujeito e verbo (69% e 54%, em Coruripe e Muquém, respectivamente), ou seja, a sua forma considerada padrão, do que a forma tida como não padrão (31% em Coruripe e 46% em Muquém).

Ao percebermos que na fala dos informantes de todas essas comunidades que cercam os menores carentes que vivem em entidades filantrópicas de Maceió e, inclusive, na fala deles próprios, predomina a variante padrão de concordância verbal, depreendemos que todos esses dados revelam que, se o critério em questão para a frequente estigmatização sofrida não só por esses menores carentes de Maceió mas também por outras comunidades de fala for o científico, o preconceito linguístico sofrido por elas não tem respaldo nenhum.

Acreditamos, portanto, que a palavra-chave para que as comunidades abordadas aqui resgatem sua identidade seja a valorização tanto sociocultural como linguística, bem como que os estigmas sociais sejam substituídos pelo respeito à língua usada pelas comunidades economicamente e socialmente menos assistidas da sociedade.

#### **4. Comunidade de fala dos remanescentes do quilombo de Palmares**

Neste tópico, para abordarmos a comunidade de fala dos quilombolas, será utilizado como base o estudo dos remanescentes do Quilombo de Palmares, que vivem em Muquém, região da zona rural de União dos Palmares-Alagoas. Para tanto, inicialmente faremos um apanhado quanto à origem das monografias em linguística vinculadas a essa temática em Alagoas e ao processo de reconhecimento e regularização desses grupos, passando pelas reflexões identitárias, culturais e da responsabilidade governamental quanto a eles, para, por fim, apresentarmos as informações mais específicas sobre Muquém e suas questões linguísticas.

O estudo acerca da língua usada pelos quilombolas ganhou força mediante a inserção estadual no projeto nacional Para a História do Português Brasileiro, com o subgrupo *Conhecimento linguístico e sociocultural da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares – Alagoas*, sob a coordenação da professora Maria Denilda Moura, originado em 2008. Vale ressaltar que o interesse pela comunidade e o contato inicial foram propiciados por

---

<sup>5</sup> Comunidade de fala abordada também neste artigo, no tópico 4.

Dariana Nunes dos Santos que, em 2004, havia produzido o Trabalho de Conclusão de Curso em Letras com base na fala desses moradores e, posteriormente, passou a integrar a equipe e elaborou sua dissertação em 2013, contribuindo com as informações basilares que retomamos neste artigo.

Por meio desse grupo de pesquisa, foi possível dialogar com os integrantes e elaborar a dissertação<sup>6</sup> que culminou no resgate da relação entre história e sociolinguística para se compreender melhor um aspecto da língua usada pelos moradores de Muquém. A comunidade detém a certidão de autodefinição como remanescente do Quilombo de Palmares, emitida pelo Ministério da Cultura, via Fundação Cultural Palmares (FCP), e publicada no diário oficial no dia 19 de abril de 2005.

No Brasil, os elementos considerados para a certificação estão dispostos no Decreto n.º 4.887/2003, conforme o qual os grupos étnico-raciais são determinados “segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, *sic*).

Mediante a autodefinição, portanto, as comunidades atestam sua identificação, recebem a Certificação por parte da FCP e constituem uma Associação, a qual solicitará o prosseguimento do longo procedimento para regularização do território no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como feito inicialmente por Muquém, cujo processo está suspenso em virtude de desentendimento entre os próprios remanescentes.

As questões identitárias e culturais tão essenciais para o reconhecimento e valorização da história da comunidade, por outro lado, também são utilizadas por parte da sociedade como elementos estigmatizadores, advindos de pensamentos comumente associados à discriminação racial, ainda tão institucionalizada no nosso país, e acabam também repercutindo no preconceito quanto aos quilombolas.

Conforme entrevista feita por Ribeiro (2017, p. 76), Albertina, presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas da Comunidade de Muquém, cita o preconceito como uma das dificuldades enfrentadas para a autoatribuição, isso porque parte dos próprios habitantes de Muquém, apesar de sua história atrelada a do Quilombo de Palmares, não queria ser chamada de “negra”, como observamos na sua fala:

---

<sup>6</sup> Parte das informações trazidas neste artigo estão contidas na dissertação de Salgado, intitulada *A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na língua da comunidade quilombola Muquém-AL: estudo sócio-histórico linguístico*, concluída em 2010 pelo PPGLL/UFAL, e no capítulo “A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala de quilombolas em Alagoas: uma perspectiva sociolinguística histórica”, que integra o livro *Por amor à linguística*, com miscelânea de estudos dedicados à Professora Maria Denilda Moura, em 2012.

A associação antes se chamava Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Muquém, quando foi recebido o título 'o reconhecimento', aí passou a ser, Associação dos Remanescentes de Quilombo do Sítio Muquém. [...]. E a gente não mudou logo assim o nome da associação. A gente procurou o prefeito, o advogado, mas para haver a mudança a gente teve que chamar todos os sócios, para vê se concordava, porque era assim depois da gente ter o nome quilombola a gente ia ser reconhecido, pois num é todo mundo que se aceitava, porque tinha gente que dizia 'não eu não quero que me chame de negro'. Hoje a gente não tem mais esse problema.

A certificação pela autoatribuição é essencial, entre outras, para que o Governo Federal, por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ), por exemplo, propicie ações para melhorar as condições de vida e garantir os direitos essenciais desses grupos, tendo como prioridades: regularização fundiária, desenvolvimento local e bem-estar. Medidas públicas são importantes para minimizar parte dos problemas existentes em Muquém como os relacionados à saúde, quando foi inaugurada uma Unidade de Saúde da Família; à educação, ao incluir a Educação de Jovens e Adultos e o Programa Brasil Alfabetizado nas dependências da Escola de Ensino Fundamental I; e à subsistência, mediante auxílios de cunho assistencial e suporte para o galpão de artesanato.

No entanto, em virtude da grave enchente que ocorreu em 2010, a comunidade voltou a enfrentar dificuldades, principalmente relacionadas à moradia, o que ocasionou a criação de outra Associação e acirrou o conflito interno referente à demarcação de terras em decorrência da divergência entre os moradores quanto à forma de distribuição do terreno e das casas que foram construídas nos anos de 2011 a 2013 (SANTOS, 2013).

Apesar da atual crise referente à territorialidade e propriedade, que pode afetar inclusive a questão identitária de Muquém, os trabalhos feitos com seus falantes apontam para a presença de elementos culturais que permitem estabelecer o vínculo com os prováveis ascendentes do Quilombo dos Palmares, bem como de traços linguísticos do Português Popular Brasileiro (PPB), modalidade da língua portuguesa que carrega traços do Português Geral do Brasil (PGB), este falado pela grande parte da população na época colonial formada por escravos e por aqueles não pertencentes à elite portuguesa (MATTOS E SILVA, 2004).

A produção de cerâmica de barro utilitária e decorativa exercida pelos mais velhos é documentada por historiadores (FUNARI, 2006) como típica dos antigos habitantes do Quilombo dos Palmares. Ademais, de acordo com o relato de um morador de Muquém, de 44 anos, a comunidade teria recebido esse nome por ser o local no qual as armadilhas feitas com

grelhas, varas sobre as quais secavam peixes, denominadas moquém, eram fincadas em buracos camuflados para proteção contra invasores, “aí quando as pessoa vinha pa querê destruí a serra de barriga – é: atacá a ser a serra aí eles caía dentro daqueles buraco eles matava” (*apud* MOURA, 2009, p. 42). Por fim, segundo os moradores, ainda havia muitos casamentos entre primos, prática usada no passado como medida de segurança à vida dos quilombolas, pois, dessa maneira, estranhos não conviveriam com eles.

No âmbito linguístico, para alguns pesquisadores como Cunha (2003a, p. 03; 2003b, p. 03), as comunidades rurais de ascendência africana apresentam entre as marcas linguísticas características a “perda ou variação no uso de marcas flexionais” na concordância verbal, no nível do sintagma nominal e na concordância nominal entre sujeito e predicativo do sujeito. Essa ausência de marcas é vista também na fala dos residentes de Muquém, exemplificada em: “*otros é cadastrado*Ø” [mulher, 35 anos], “era *do outra banda*” [mulher, 62 anos] e “*os menino tão solto*Ø” [mulher, 44 anos] (SALGADO, 2012).

As formas variantes utilizadas pelos remanescentes do Quilombo de Palmares podem ser tidas como heranças da modalidade popular do português, que se disseminou e é usada pelos membros da sociedade brasileira de forma variada, conforme determinam os fatores linguísticos e extralinguísticos, condicionadores dos comportamentos que são compartilhados por seus integrantes e que permitem identificá-los como pertencentes a uma unidade.

Embora tais formas variantes estejam presentes na fala dos habitantes de Muquém, os resultados que trazemos da pesquisa de Salgado (2010), especificamente sobre a concordância entre sujeito e predicativo do sujeito, demonstraram que o percentual de uso das marcas de concordância nessa estrutura linguística correspondeu a 83%, devendo ser considerado, entretanto, que das sentenças em que o sujeito da estrutura linguística se apresentava na forma plural, o percentual quanto à aplicação das marcas de concordância caiu para 33%. Assim, a eventual pressuposição de que a fala da comunidade destoaria daquelas que mais utilizam a forma padrão (tida como culta, que segue as normas da gramática tradicional), na verdade, não foi sustentada pelas informações encontradas.

Isso pode ser vislumbrado quando comparamos os dados de Muquém a resultado de outros estudos sobre a concordância nominal em predicativos do sujeito e em participios passivos como: a) Scherre (1991), em que a análise da fala urbana apontou, em média, 45% na aplicação da regra de concordância de número; b) Silva (2007), cuja análise da fala rural, sem definição étnica, indicou 94% de concordância de gênero e 4% de concordância de

número; e c) Lucchesi (2008), o qual examinou a fala rural isolada afro-brasileira e encontrou um nível de 20% de variação na concordância de gênero e de 1% de concordância de número.

O comparativo nos permite apontar que os percentuais de aplicação das marcas de concordância, pelo menos entre sujeito e predicativo do sujeito, na fala dos moradores de Muquém se distanciaram dos encontrados nas pesquisas acerca da fala rural sem definição étnica e rural-isolada afro-brasileira, bem como demonstraram maior preferência dos falantes pelo uso da estrutura linguística nos moldes da forma tida como padrão/culta.

O estudo também revela que pode estar ocorrendo o nivelamento linguístico em direção à modalidade padrão, fenômeno comumente motivado, segundo Lucchesi (2008), pela ação da mídia e da escola. Outrossim, o preconceito sentido pelos quilombolas pode ter sido um fator determinante para eventuais mudanças na fala dos integrantes de Muquém e na percepção que eles têm como grupo identitário.

Diante dessas considerações, é relevante novamente apontarmos a necessidade do combate ao preconceito linguístico e a importância do respeito à diversidade linguística presente no país. O respeito deve ser incentivado por meio da ampliação e difusão do conhecimento sobre aspectos sociais, culturais, históricos e linguísticos de várias comunidades, inclusive as remanescentes de quilombolas, tendo em vista que, apesar de suas peculiaridades, todas integram a sociedade brasileira e contribuem para a sua constituição, não sendo cabível, portanto, a estigmatização delas.

## **5. Considerações finais**

A constatação e a comprovação, por meio de estudos sociolinguísticos, de que a língua é inerentemente heterogênea, sofre mudanças linguísticas e de que ela é um reflexo da identidade e da cultura de uma comunidade de fala é uma realidade inquestionável. Desse modo, partimos dessa premissa sociolinguística e abordamos no presente artigo duas comunidades de fala oriundas de dois desses trabalhos de cunho sociovariacionista (SANTOS, 2010 e SALGADO, 2010).

Primeiramente, trouxemos para a discussão a comunidade de fala trabalhada em Santos (2010), menores carentes de entidades filantrópicas, mais especificamente de duas instituições da cidade de Maceió. Definimos e conhecemos quem são menores carentes e apresentamos a realidade diária de dois lares, o Lar Batista Marcolina Magalhães e o Lar Masculino Pastor Boyd O'Neal, responsáveis por abrigar e acolher meninas e meninos de rua, respectivamente. E vimos, a partir de Santos (2010), como também de Santos (2011), que a

realidade cultural, identitária e linguística desses menores é marcada por baixa autoestima, decorrentes de estigmatizações, provenientes de puro preconceito social, por parte da sociedade que os cerca.

Em seguida, abordamos a comunidade de fala estudada por Salgado (2010), representada pelos moradores de Muquém, União dos Palmares-AL. Por meio do apanhado sobre o processo de autodefinição como grupo étnico-racial e dos aspectos culturais e linguísticos, verificamos que, apesar das evidências sócio-históricas e linguísticas que vinculam a comunidade ao Quilombo de Palmares, parte dos habitantes demonstrou receio em assumir-se como negra, bem como a estrutura linguística analisada através da amostra de fala revelou tendência ao nivelamento linguístico em direção ao português padrão. Esses comportamentos podem ser interpretados como tentativa de desvinculação dos estigmas sociais e linguísticos, muitas vezes impostos pelo senso comum, numa busca de minimizar o preconceito sofrido, do mesmo modo, a comunidade se mostrou mais aberta às influências externas, o que pode se tornar um risco a seu aspecto identitário quilombola.

Após essas duas discussões, cujas reflexões não se encerram aqui, acerca de comunidades de fala que, infelizmente, são obrigadas a conviverem com o preconceito não só social mas também linguístico, esperamos que este artigo sirva, de modo geral, para que evitemos, ao menos e especialmente para com comunidades menos assistidas, o preconceito linguístico que, como tal, é infundado, repleto de achismos e desprovido de teor científico.

#### **Referências:**

- ALKIMIN, T. M. Sociolinguística: parte 1. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística 1**. Domínios e Fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasil, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 08 mar. 2021.
- CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 12(2): 237-255, novembro de 2000.

COULMAS, F. Sociolinguistics. *In*: ARANOFF, M. et al (eds). **The handbook of Linguistics**. Blackwell Publishing, 2002, p.01-13. Disponível em: <http://www.asarimhotep.com/documentdownloads/linguistics/7983954-The-Handbook-of-Linguisticspdf.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

CUNHA, A. S. de A. Presença e contribuição das línguas negro-africanas na constituição do português do Brasil: a alegada origem crioula e a variedade popular da língua falada nas terras de preto. **Anais da Abanne**, São Luís, Maranhão, 2003a.

\_\_\_\_\_. Processos de (des)crioulização do português falado nos quilombos do Maranhão. **Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, Espanha, 2003b.

FUNARI, P. P. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da cultura afro-americana. *In*: REIS, J.J.; GOMES, F. S. (orgs). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p .5, 1997.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola editorial, 2008 (1972).

LUCCHESI, D. A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais isoladas afro-brasileiras no contexto da história sociolinguística do Brasil. *In*: VOTRE, S. J.; RONCARATI, C. (Org.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras/ FAPERJ, 2008.

MACHADO, R. H. B. **Instituições caras nas vozes e silêncios de meninos e meninas de rua**. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

MOREIRA, J. C. **Geografia para o ensino médio: geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2002.

MOURA, M. D. **Resquícios de Palmares: o que a comunidade quilombola nos diz**. Denilda Moura (org.). Maceió: EDUFAL, 2009.

OLIVEIRA, A. J e SANTOS, D. N. Concordância verbal no português brasileiro em Maceió/AL Brasil. *In*.: **DIVERSITAS JOURNAL**. Santana do Ipanema/AL. vol. 5, n. 4, p.3180-3195, out./dez. 2020.



RIBEIRO, L. F. **Território e memória: uma etnografia na comunidade remanescente quilombola de Muquém em União dos Palmares – Alagoas.** 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciência Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Maceió, 2018.

SALGADO, S. S. **A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na língua da comunidade quilombola Muquém-AL: estudo sócio-histórico linguístico.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

\_\_\_\_\_. A concordância entre sujeito e predicativo do sujeito na fala de quilombolas em Alagoas: uma perspectiva sociolinguística histórica. *In: SEDRINS, A. P. (org.) [et al]. Por amor à linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura.* Maceió: EDUFAL, p. 309-322, 2012.

SANTOS, D. N. **O uso da variante /e/ no final das palavras monossilábicas Deus e mais por falantes da comunidade Muquém.** 2004. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

\_\_\_\_\_. **A concordância verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares - Alagoas.** 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SANTOS, R. L. A. Um estudo variacionista sobre a concordância verbal na fala de menores carentes que vivem em instituições filantrópicas de Maceió. *In: COSTA, J. F. C.; SANTOS, R. L. A.; VITÓRIO, E. G. S. L. A. (orgs.). Variação e mudança linguística no estado de Alagoas.* Maceió: Edufal, 2011.

\_\_\_\_\_. **A concordância verbal na fala de menores carentes que vivem em entidades filantrópicas de Maceió.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

SCHERRE, M. M. P. A concordância de número nos predicativos e nos participios passados. **Organon: A Variação no Português do Brasil**, v. 18, n. 5, p. 52-70, 1991.

SILVA, V. A. da. **A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia.** 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Bahia, 2007.

VIEIRA, P. V. S. **A concordância verbal na fala do coruripense: uma análise sociolinguística variacionista.** 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.